
Trabalho de campo: Definição do Objeto, Desenvolvimento do Ator-Pesquisador

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1687>

DOI: 10.4000/pontourbe.1687

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Edição impressa

ISBN: 1981-3341

Refêrencia eletrónica

Vitor Matheus Oliveira de Menezes, « Trabalho de campo: Definição do Objeto, Desenvolvimento do Ator-Pesquisador », *Ponto Urbe* [Online], 14 | 2014, posto online no dia 30 julho 2014, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1687> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1687

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© NAU

Trabalho de campo: Definição do Objeto, Desenvolvimento do Ator-Pesquisador

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

- 1 Este relato de campo diz respeito a duas pesquisas etnográficas, realizadas nos dias 12 de dezembro de 2013 e 5 de fevereiro de 2014, constituindo um trabalho ainda em andamento e reflexão. O objetivo desta discussão é mostrar como, além de servir como marco definidor e delimitador do objeto de pesquisa, o trabalho de campo serviu (e tem servido) para colocar o ator-pesquisador em trânsito constante por entre diferentes perspectivas de análise. Mais do que passível de observação, vê-se que o campo mostrou-se como espaço privilegiado de diálogo.
- 2 A pesquisa está sendo realizada em um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, o “Jardim Cajazeiras”, localizado em um bairro periférico de Salvador chamado Pau da Lima. Partindo da interlocução com um membro do Movimento Sem Teto da Bahia, conhecido como “Nêgo”, o trabalho visava primeiramente entender como os mecanismos de sindicância no condomínio serviam para inserir os moradores em redes sociais institucionalizadas no local da moradia. No entanto, como veremos, o campo forçou o pesquisador a um sentimento de produtivo desconforto analítico, obrigando-o a repensar sobre o campo até então pré-concebido.

12 de dezembro de 2013

- 3 Ao receber um convite de última hora para visitar o conjunto habitacional, após tentativas frustradas, vi apressadamente o transporte de táxi como única alternativa viável de chegar à localidade no tempo delimitado pelo interlocutor. Feito o contato ao meio dia, às 13 horas já havia me deslocado a pé para um ponto de táxi. No trajeto, ao transitar entre o bairro nobre onde moro e o bairro periférico sujeito à pesquisa, ficou claro que a passagem entre as localidades não era apenas física. Eu estava atravessando espaços sociais distintos, demarcados através de um processo de urbanidade desigual. Ao chegar ao condomínio Jardim Cajazeiras, destinado para a faixa de 0 a 3 salários mínimos,

fiquei um pouco preocupado com a possibilidade do táxi representar um distanciamento do pesquisador com os moradores. Fato que parece não ter acontecido, e que se ocorreu, parece-me ter sido superado.

- 4 Conversando primeiramente com o integrante do MSTB “Nêgo”, expliquei mais detalhadamente no que consistia a pesquisa. Após essa abordagem inicial, partimos para entrevistas com alguns moradores. As entrevistas foram feitas dentro das casas, ou nos espaços em comum do condomínio. O foco das perguntas dizia respeito à institucionalidade de representação dos moradores, tais como a sindicância, aliando essa questão à percepção dos impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida pelos beneficiários. Acertadamente, eu havia sido orientado para abrir o “leque de possibilidades” nesse primeiro contato com o campo, fator que ampliou os horizontes de diálogo com os moradores.
- 5 Conversando com os primeiros moradores, percebi algo curioso. As perguntas que giravam em torno do ambiente institucional do condomínio eram respondidas, com frases positivas ou negativas com relação à participação, mas não suscitavam nos entrevistados grandes considerações. Tal fenômeno começou a me passar a impressão de um roteiro mal sucedido. No entanto, com o passar das perguntas e entrevistas, novas questões passaram a ganhar corpo. Quando não introduzidas pelo pesquisador, por vezes eram pelos próprios moradores. Dividi essas questões em duas categorias: os arranjos familiares e as diferentes formas de associativismo local.
- 6 Uma das entrevistas me chamou bastante a atenção. Serviu como um “gatilho” para me mostrar que seria necessário reorientar meu trabalho. Não que o foco antigo, somente estruturado a partir das questões institucionais, deveria ser abandonado. Mas o campo me permitiu perceber que a análise deveria levar em conta outros fatores. A entrevistada a quem me refiro chama-se Juremar, também integrante do MSTB. Ao começar a entrevista, dando mais espaço para a trajetória de vida da entrevistada, percebo a importância do movimento social para sua narrativa. Além disso, ao ser questionada sobre a sua avaliação do conjunto, a entrevistada narrou um fato até então não desenvolvido no roteiro: o papel dos arranjos familiares para a percepção de efetividade da política pública.
- 7 Assim, a moradora me conduziu para a cozinha de sua casa e abriu a geladeira como parte performática de sua resposta. Ao mostrar a geladeira vazia, ela argumenta: “Aquela troca aqui deixa de existir, porque você não tem parente perto”. Com isso, Juremar apresentou que ao estar desempregada, não consegue se inserir no condomínio em uma rede de troca de recursos materiais e simbólicos. Tal fato era atenuado pela presença do movimento social, que servia como suporte nas relações interpessoais. Isso tudo, para a beneficiária, estava relacionado como parte integrante das consequências do Programa Minha Casa, Minha Vida para seu cotidiano. Ou seja, não havia uma distinção entre as consequências diretamente ligadas ao Programa e os fenômenos decorrentes da vida social do conjunto habitacional. As duas esferas se misturavam de uma maneira bastante produtiva para a percepção dos impactos da política pública.
- 8 As entrevistas posteriores serviram como alicerce para esse começo de problematização. A presença de parentes, o fortalecimento da família nuclear, a participação nos espaços institucionais de representação e em movimentos sociais, tudo se misturava ao se falar sobre a avaliação dos impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Basicamente, o enfraquecimento do núcleo familiar e a ausência da possibilidade de ativação da família enquanto rede social, somados à baixa participação nos espaços institucionais de

representação, estavam associados à uma percepção negativa da política pública. O contrário, da mesma forma.

- 9 Durante uma entrevista, na casa de uma moradora, ocorreu no condomínio um caso grave de violência. Um jovem havia sido sequestrado, e os moradores não me forneceram mais informações. As reações no local misturavam surpresa e receio, mas percebi que o meu espanto não era o mesmo dos locais. A violência urbana era muito mais latente naquele bairro periférico, o que me fez lembrar que, apesar da proximidade construída durante as entrevistas, estava em um lugar ainda estranho para meu espaço social de origem.
- 10 Às 18 horas voltei de transporte público para casa. Percebi que naquele horário o bairro inteiro se movimentava, como ponto de partida ou como ponto de chegada. Estando próximo de uma das principais estações rodoviárias de Salvador, a Estação Pirajá, havia no bairro um grande fluxo de veículos e pessoas. Após o engarrafamento, cheguei enfim em casa para maturar os acontecimentos. Percebi que necessitaria de um novo suporte teórico, e decidi investir em novas leituras antropológicas sobre a teoria das redes sociais e ação coletiva. Para a segunda descida a campo, montei um novo roteiro de entrevistas, com a inquietação: “de que forma a configuração do vínculo social no momento pós-ocupação – este centrado nas relações interpessoais dos arranjos familiares e do associativismo local, como a representação de sindicância e os movimentos sociais – pode impactar, de forma potencial, na percepção de efetividade da política pública pelos beneficiários?”.

5 de fevereiro de 2014

- 11 Após um processo de reorientação teórica e metodológica, vou novamente para o conjunto habitacional. Dessa vez, tenho como ponto de partida a Universidade Federal da Bahia, às 13:30, e após um longo trajeto de ônibus chego ao Jardim Cajazeiras. Agora me sinto mais habituado ao local. Estando no condomínio antes do horário marcado pelo interlocutor, aproveito para observar superficialmente o cotidiano dos moradores, e percebo uma interação intensa nos espaços de convivência.
- 12 Com a chegada de Nêgo, conversamos um pouco sobre alguns acontecimentos no condomínio. Dando prosseguimento ao trabalho de campo, o interlocutor agiu como facilitador de novas entrevistas. Visivelmente estou mais à vontade no local, reconhecendo e sendo reconhecido por moradores já entrevistados.
- 13 Com o novo roteiro, o eixo norteador da pesquisa começa a se desenvolver nas entrevistas. Após algumas conversas casuais e gravações de voz, surge outro interlocutor que, assim como na entrevista de Juremar no dia 13 de dezembro, serviu como importante alicerce do trabalho. O morador entrevistado chama-se Edvaldo, e está situado em uma condição financeira muito próxima à de Juremar. Edvaldo trabalha como vendedor informal dentro do próprio condomínio, e apesar de deter o direito legal, não consegue ter acesso à aposentadoria e Bolsa Família. No entanto, o morador está inserido de maneira bastante consolidada nas redes sociais interpessoais do conjunto habitacional. Alguns de seus familiares foram alocados conjuntamente com parte de seus vizinhos após um incêndio em sua antiga moradia (Escada). Isso, aliado à participação de Edvaldo nos espaços institucionais de representação do condomínio, levaram o beneficiário a apontar que, mesmo passando por dificuldades financeiras, não pensa estar em situação de vulnerabilidade. Isto porque, em caso de dificuldades, possui a capacidade de ativar nós

das redes sociais do condomínio que o permitem movimentar recursos de subsistência, além de apoio cotidiano. O beneficiamento pela política pública resultou também na consolidação e ampliação de uma rede social de apoio. Semelhante a Juremar nas características de seu perfil sócio-econômico, Edvaldo diferia bastante tendo como base os padrões de relações sociais. Tal fenômeno contribuiu para uma percepção distinta sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

- 14 Ao estar na pequena venda de Edvaldo, tive a oportunidade de observar o dia a dia do condomínio sob outra perspectiva. Percebi um intenso fluxo de pessoas nos espaços comuns do conjunto habitacional, inclusive no próprio ponto de comércio, mas pareceu-me que o domicílio se estabelecia como centro de organização do cotidiano dos moradores. Tal hipótese me foi confirmada em entrevistas posteriores realizadas com membros efetivos do MSTB e com outros perfis de beneficiários.
- 15 Contrastando os discursos dos moradores, ficou claro que havia no condomínio um choque de intencionalidades das redes sociais locais, a partir de transformações decorrentes do beneficiamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Antes do Programa, muitos moradores eram participantes de ocupações urbanas realizadas por movimentos sociais. Nessas ocupações o sentimento de espaço público, de coletividade e de vida em comunidade ganhavam força, em detrimento do espaço privado do domicílio. Com o beneficiamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida o espaço do domicílio, este próprio visto como uma conquista, ganhou força como eixo de organização da vida social dos beneficiários.
- 16 Os recursos materiais e simbólicos dos moradores passaram a ser reorientados para essa nova dimensão do habitar, gerando uma quebra de intersubjetividade com a proposição do movimento social organizado. Tal conflito era visto como um resultado do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo que a “desunião” (e outros correlatos dessa palavra um tanto quanto ampla) foi apontada pelos moradores como o principal problema do conjunto habitacional. De maneira sintética, os moradores participantes do MSTB apresentaram uma tendência de avaliação negativa do Programa, devido ao enfraquecimento do poder de organização dos moradores e do espaço público urbano pelo movimento social. Já os moradores não-participantes de movimentos sociais tendiam a uma avaliação positiva, já que o fortalecimento da vida domiciliar era visto como um fator de maior segurança familiar, além de representar o trânsito entre espaços sociais diferentes (de um lado, a antiga ocupação precária; de outro, a moradia como atendimento de um direito constitucional).
- 17 Além disso, outro fenômeno ganhou corpo nas entrevistas. A dimensão de gênero também servia como condicionante ou potencializadora da percepção de efetividade da política pública. As mulheres apresentaram como problema decorrente do beneficiamento a inexistência ou distância de creches e serviços educacionais na atual moradia. Na ausência do provimento de bem estar pelo Estado, a responsabilização da mulher pelo cuidado com os filhos era fortalecida, através da distribuição desigual de papéis de gênero na família nuclear. Assim, era enfraquecido o papel feminino em outras dimensões da vida social, potencializando avaliações negativas da política pública, já que o beneficiamento significou o não atendimento de expectativas sobre os serviços de apoio que, muitas vezes, eram mais estruturados nos antigos locais de moradia.
- 18 Esses elementos estão sendo apresentados para ilustrar como o questionamento sobre uma dimensão sócio-política – a percepção de efetividade de uma política pública – suscita uma série de fatores que se relacionam de forma conflituosa. Defende-se aqui que

o beneficiário, mais do que público-alvo, deve ser entendido como um ator social. Além disso, já que um conjunto de sistemas de significação é estabelecido através dos diversos elementos relacionados na dimensão do habitar, a percepção da efetividade da política pública pelo beneficiário está diretamente ligada a um “fazer cidade” (Agier 2011:103). Como nos diz Van Velsen (2010:460-463), o espaço pode ser plurissituacional, correspondendo a diferentes constrangimentos e formas de agência, revelando assim “os campos sociais essenciais da vida urbana”. Tais campos sociais produzem, em essência, as plurais expressões do espaço urbano.

- 19 Segundo Feldman-Bianco (2010:37-39), perceber os “indivíduos e suas estratégias” representa uma tentativa de romper com a caracterização estática sobre a vida social, centrando-se na mudança social e no entendimento das sociedades a partir de processos sócio-políticos; no discurso antropológico e sociológico dos indivíduos enquanto atores sociais; e a caracterização da vida social a partir de elementos relacionais, dizendo respeito não somente ao ator social, mas ao conjunto de interações estabelecidas no cotidiano através das redes sociais. Esses elementos passaram a orientar a preocupação teórica e metodológica do trabalho.
- 20 A relação do pesquisador com o campo “obrigou” a abertura de possibilidades sobre o fenômeno, gerando um redimensionamento do enfoque. Além disso, todo esse procedimento constituiu o processo de amadurecimento do pesquisador. O que percebi foi que, ao me relacionar com o campo, eu também estava me tornando um nó na complexa rede social do conjunto habitacional. Aproximando-me através do contato com o MSTB, ampliei a comunicação com outros atores, passando a me relacionar em outros espaços sociais orientados por perspectivas e intencionalidades distintas. Mais do que uma visão homogênea, o campo apresentou, através de seus atores, um discurso extremamente heterogêneo. Ao buscar compreender esse discurso, terminei por iniciar não somente uma escuta passiva, mas um diálogo.
- 21 Nesse dia, às 17 horas, retorno à minha casa através do transporte público. Na minha volta, ao sair do condomínio, percebi que o trajeto foi permeado por conversas e despedidas rápidas, ao contrário da caminhada solitária do primeiro dia. De fato, ainda um ator externo do conjunto habitacional, já me apresentava como um possível nó com a virtualidade de ativar uma comunicação efetiva com os atores locais. Tal comunicação – ou a tentativa dela – tem se mostrado a base onde se estrutura a pesquisa em questão.

BIBLIOGRAPHY

AGIER, Michel. 2011. “Lugares e Fragmentos: A Cidade em Processo”. In: *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome. pp. 101-125.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2010. “Introdução”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Editora UNESP. pp. 19-57.

VAN VELSEN, J. 2010. "A Análise Situacional e o Método de Estudo do Caso Detalhado". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Editora UNESP. pp. 437-469.

AUTHOR

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia